

# Superior Tribunal de Justiça

**HABEAS CORPUS Nº 511.300 - MG (2019/0143966-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**  
**R.P/ACÓRDÃO** : **MINISTRA LAURITA VAZ**  
**IMPETRANTE** : JOSE ROMEU RODRIGUES JUNIOR E OUTROS  
**ADVOGADOS** : JOSE ROMEU RODRIGUES JUNIOR - MG068789  
MONICA MARQUES RODRIGUES - MG120718  
CYNTIA FIGUEIREDO RODRIGUES - MG189188  
VERONICA OLIVEIRA SOUZA - MG187204  
FELLIPE ERICKSON VIEIRA OLIVEIRA - MG173838  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
**PACIENTE** : GERBER REBOLCAS CORREIA GAMA  
**OUTRO NOME** : GERBER REBOUÇAS CORREIA GAMA

## EMENTA

*HABEAS CORPUS*. PROCESSUAL PENAL. ART. 121, § 2.º, INCISO II, DO CÓDIGO PENAL. PRISÃO PREVENTIVA. DECRETAÇÃO EM VIRTUDE DA AUSÊNCIA DE LOCALIZAÇÃO DO PACIENTE. AUSÊNCIA DE CITAÇÃO À ÉPOCA. CIÊNCIA DA ACUSAÇÃO NÃO DEMONSTRADA. ORDEM CONCEDIDA.

1. Nos termos da pacífica orientação do Superior Tribunal de Justiça, a fuga do Réu do distrito da culpa constitui motivação apta a justificar a imposição da segregação provisória, como forma de garantia da aplicação da lei penal. Precedentes.

2. No entanto, verifica-se que, na situação dos autos, a denúncia foi recebida no ano de 2007 e o Juízo de primeiro grau não determinou a citação do Réu. Assim, embora o Paciente tenha sido recentemente citado (em 25/04/2019), não havia como se assegurar, à época da decretação de sua prisão preventiva, que possuía ciência da acusação e, portanto, a sua condição de foragido, a justificar a imposição da custódia.

3. Ordem concedida para revogar a prisão preventiva do Paciente, se por outro motivo não estiver preso, advertindo-o da necessidade de permanecer no distrito da culpa e atender aos chamamentos judiciais, sem prejuízo de nova decretação de prisão provisória, por fato superveniente a demonstrar a necessidade da medida ou da fixação de medidas cautelares alternativas (art. 319 do Código de Processo Penal), desde que de forma fundamentada.

## ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas a seguir, prosseguindo no julgamento, após o voto-vista da Sra. Ministra Laurita Vaz concedendo a ordem, sendo acompanhada pelos Srs. Ministros Rogerio Schietti Cruz e Nefi Cordeiro, por maioria, conceder a ordem, nos termos do voto da Sra. Ministra Laurita Vaz, que lavrará o acórdão. Vencido o Sr. Ministro Antonio

# *Superior Tribunal de Justiça*

Saldanha Palheiro. Votaram com a Sra. Ministra Laurita Vaz os Srs. Ministros Rogerio Schietti Cruz e Nefi Cordeiro.

Ausente, justificadamente, o Sr. Ministro Sebastião Reis Júnior.

Brasília (DF), 19 de setembro de 2019 (Data do Julgamento)

Ministra LAURITA VAZ  
Relatora

